



## Comissão vai classificar dados do Senado para acesso público

Sarney anuncia criação de grupo encarregado de classificar os documentos da Casa para fins de divulgação, conforme previsto na Lei de Acesso à Informação, em vigor desde ontem. Dados, que já eram públicos no *site* do Senado, ganharam facilidade de acesso, tornando-se abertos a todos

Um mapa de acesso à informação foi disponibilizado na internet para orientar o usuário que busca informações sobre o Senado, entre outras medidas de transparência. O presidente da

Casa explicou que 1,3 milhão de consultas são feitas ao Portal do Senado todo mês. Destacou ainda que foi criado um balcão para o atendimento pessoal ao cidadão que visita o Congresso. **3**

### Ações para atender à Lei 12.527/11

De acordo com a diretora-geral do Senado, Doris Peixoto, a Casa já atendia a 80% das determinações da lei e desde ontem as atende integralmente

- ▶ Regulamentação, por **ato da Comissão Diretora**, do acesso aos dados, informações e documentos de interesse da sociedade e do Estado, de acordo com a Lei de Acesso à Informação.
- ▶ A **Comissão Permanente de Acesso a Documentos do Senado** ficará encarregada de assessorar a direção da Casa para classificar os documentos.
- ▶ Instalação de **balcão de atendimento presencial** do cidadão que visita o Senado, localizado próximo ao Plenário.
- ▶ Publicação, na internet, de um **mapa de acesso a informação**.
- ▶ Dados tornam-se abertos, mas já eram públicos no **Portal do Senado**, que recebe 1,3 milhão de consultas por mês.
- ▶ Criação do **Portal e-Cidadania**, que oferece ao cidadão recursos de integração e participação no processo legislativo.
- ▶ Integração do atendimento ao cidadão, realizado por meio da **Ouvidoria** e do **Alô Senado**, que recebe 1 milhão de mensagens por ano.
- ▶ Renovação do **Portal da Transparência**, com orientações ao cidadão a respeito da localização das informações públicas disponíveis no *site* do Senado, da aplicação da Lei de Acesso à Informação e da solicitação, em formulário específico, de dados não localizados.



Marta Suplicy, José Sarney e Cícero Lucena na reunião da Mesa que aprovou ato regulamentando acesso a dados do Senado

### Instalada ontem, Comissão da Verdade recebe apoio no Senado

Em solenidade no Planalto, Dilma reuniu os ex-presidentes Sarney, Collor, FHC e Lula para empossar integrantes de grupo criado para esclarecer crimes políticos cometidos de 1946 a 1988. **4-5**



Instalação da Comissão da Verdade, no Palácio do Planalto, contou com a presença de José Sarney (3º à esq.)

### Avança projeto sobre venda ilegal de agrotóxicos **7**

### Governo quer pacto nacional sobre águas **7**

### Defesa de Cachoeira obtém acesso a dados sigilosos da CPI **5**

### Processo contra Demóstenes deve acabar até 17 de julho **5**



Humberto Costa, relator, e Valadares, presidente do Conselho de Ética, ontem



Presidente da CCJ, Eunício Oliveira, coordena reunião: comissão aprovou ainda criação de cargos para a Justiça Federal

### Sistema de segurança pública é aprovado

Criação do Sistema Nacional de Segurança Pública, Prisional e sobre Drogas (Sinesp) foi aprovada na Comissão de Cons-

tituição e Justiça e segue direto para a Câmara dos Deputados caso não haja recurso para votação do texto em Plenário. **2**

### INSS para catador de material reciclável pode ser reduzido **8**

### Autores criticam método de escolha de livro didático **6**



Com entrada em vigor da Lei de Acesso à Informação, Senado cria comissão para classificar os documentos que foram produzidos pela Casa e estarão abertos para cidadãos

# Comissão classificará papéis para divulgação

O PRESIDENTE DO Senado, José Sarney, anunciou ontem a criação de uma comissão encarregada de classificar os documentos da Casa para fins de divulgação, como previsto na Lei de Acesso à Informação, que entrou em vigor ontem.

Sarney informou que dados que já eram públicos no site do Senado agora tornaram-se abertos. Ele explicou que 1,3 milhão de consultas são feitas ao portal da Casa todo mês.

Lembrou ainda que foi criado um balcão de atendimento ao cidadão que visita o Senado, com uma equipe devidamente treinada e localizado numa área de grande circulação, perto do corredor conhecido como Túnel do Tempo.

Um mapa de acesso à informação foi disponibilizado na internet, para orientar o usuário, entre outras medidas de transparência.

— O Senado pode considerar-se pioneiro nessa parte relativa à Lei de Acesso à Informação e à Lei de Transparência — disse Sarney, lembrando



José Sarney preside reunião da Mesa Diretora do Senado: Casa já cumpre os dispositivos da Lei de Acesso à Informação

que a instituição também foi pioneira ao instituir seu serviço de comunicação social e ao implantar o Prodasen.

Sarney ressaltou que desde setembro do ano passado os profissionais da Casa vêm trabalhando para que a instituição estivesse preparada para a entrada em vigor da Lei de Acesso à Informação.

O presidente do Senado afirmou que o objetivo era “dar um exemplo ao Brasil de o quanto a

Casa considera a transparência importante para a democracia e para os costumes políticos brasileiros”.

## Portal

Sarney também disse que o lançamento do Portal e-Cidadania, na terça-feira, permite ao cidadão acompanhar a produção legislativa do Senado, acessar dados públicos e até propor temas para projetos de lei.

Ele ressaltou que o portal é

um instrumento moderno e uma forma de promover um maior conhecimento sobre o processo legislativo, além de aumentar a transparência do Senado.

Na visão de Sarney, o portal vai permitir que o cidadão faça parte do processo decisório do país. O presidente destacou que, completando o primeiro dia de lançamento do portal, já houve o registro de 12 propostas de debates e 24 sugestões

para projetos de lei.

— O Senado fica, assim, mais próximo da população, que pode participar cada vez mais de nossas atividades — disse.

O presidente do Senado lembrou que nos últimos meses diversos setores da Casa foram mobilizados para ajustar os recursos de acesso existentes e criar outros à luz da nova lei.

Segundo Marta Suplicy (PT-SP), o Senado é um dos órgãos públicos mais transparentes do país.

A parlamentar destacou que o acesso às informações na internet foi facilitado, com os documentos reunidos em um mesmo ambiente virtual. Dados que já eram públicos passam a ser considerados abertos, por causa da facilidade de acesso.

— É um motivo de alegria perceber que o Senado está nesse nível de transparência — declarou a senadora, que é a 1ª vice-presidente da instituição e substituiu José Sarney no último mês, enquanto ele esteve em licença médica.

## Senado atende integralmente às exigências da lei, diz diretora-geral

Foi instituída ontem a Comissão Permanente de Acesso a Documentos do Senado Federal, encarregada de assessorar a direção da Casa a definir a classificação dos documentos produzidos inter-



Doris Peixoto: acesso à informação será garantido

na e propor alterações nos procedimentos de acesso, classificação, tratamento e armazenamento de dados, informações e documentos sigilosos. A determinação consta do ato aprovado pela Mesa que regulamenta a Lei de Acesso à Informação no âmbito do Senado.

De acordo com a diretora-geral da Casa, Doris Peixoto, o Senado já atendia a 80%

das determinações da lei e agora as atende integralmente. Ela explicou que a Comissão Permanente de Acesso a Documentos será composta por técnicos de áreas estratégicas que lidam com informação

e produção de documentos. A comissão também poderá propor alterações nos procedimentos de acesso, classificação, tratamento e armazenamento de dados, informações e documentos sigilosos, conforme previsto na Lei de Acesso às Informações.

— O compromisso do Senado é com a lei. O acesso [à informação] é a garantia e o sigilo é a exceção — disse.

## Várias informações estão na internet desde 1995

A Diretoria-Geral do Senado divulgou algumas ações realizadas pela instituição para atender as exigências da Lei 12.527/11, que regula o acesso a informações públicas.

Segundo a diretora-geral, Doris Peixoto, a Casa já conta com uma página com informações na internet desde 1995 e com o Portal da Transparência desde 2009, além de oferecer atendimento ao cidadão pelo serviço Alô Senado, pela Ouvidoria e por diversos setores que recebem demandas do público diretamente.

A partir de agora, o Alô Senado e a Ouvidoria trabalharão de forma integrada na prestação de informações pelo 0800 61-2211, pela internet ou presencialmente.

Todas as unidades que produzem informação e documentação passam a compor o Sistema Integrado de

Informação ao Cidadão, que conta também com um balcão de atendimento presencial. O cidadão será informado sobre o conteúdo do site e, se necessário, poderá encaminhar pedidos específicos por meio de um formulário. O balcão funciona no 1º andar do Anexo II, próximo à Livraria do Senado. O horário de atendimento é de segunda a sexta-feira, das 9h às 18h30.

No último dia 15, o Senado também lançou o Portal e-Cidadania, que vai além das exigências da nova lei. A secretária-geral da Mesa, Claudia Lyra, explicou que a iniciativa é resultado de um trabalho que busca maior interatividade com o cidadão, além de facilitar o acesso a informações como dados orçamentários, atividades legislativas e pesquisas sobre jurisprudência.

— É um acesso ágil e facilitado — disse a secretária-geral.

Claudia Lyra também destacou que o e-Cidadania permitirá que o cidadão participe do processo legislativo de forma mais intensa, com a possibilidade de propor debates em comissões e projetos de lei. Caso a sugestão seja constitucionalmente viável, será colocada em consulta pública, no próprio portal. Se obtiver o apoio de 20 mil cidadãos, seguirá para a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH), que fará a avaliação e poderá propor projeto dentro da técnica formal.

Para a secretária-geral, a interatividade é uma importante inovação democrática. Ela lembrou que um projeto de lei de iniciativa popular, conforme a legislação eleitoral, requer a assinatura de mais de um milhão de eleitores.

## Para Ferrazo, nova norma federal funciona como “vacina contra corrupção”

Ricardo Ferrazo (PMDB-ES) elogiou a Lei de Acesso à Informação, que entrou em vigor ontem. Com ela, avaliou o senador, o Brasil “revolucionou velhos hábitos”.

— A lei dinamiza a democracia participativa e devolve o Estado a quem ele de fato pertence: o cidadão, o contribuinte — disse o senador, saudando também a instalação da Comissão da Verdade, para investigar os crimes co-

metidos durante um período que inclui a ditadura militar.

Ferrazo afirmou ainda que a Lei de Acesso à Informação deve funcionar como “vacina contra a corrupção”.

— A falta de acesso à informação cria condições propícias a um ambiente de corrupção e favorece a insegurança jurídica, afetando investidores e inibindo o desenvolvimento nacional. Mais: sem acesso à sua his-

tória, um país não tem parâmetros para construir o seu futuro e se arrisca a incorrer nos mesmos erros do passado — disse.

O senador ressaltou, no entanto, que não devem se esperar mudanças rápidas.

— Problemas operacionais, dúvidas de todo tipo, insuficiência de pessoal qualificado, resistência de alguns setores temerosos quanto à divulgação de informações estratégi-

cas, tudo isso faz parte desse novo e próspero ambiente que nós estamos inaugurando na rotina democrática do nosso país — disse, lembrando que a lei brasileira é das mais abrangentes do mundo na garantia do acesso à informação.

A nova lei regulamenta o acesso a dados do governo, pela imprensa e pelos cidadãos, e determina o fim do sigilo eterno de documentos oficiais.



Ricardo Ferrazo: Lei de Acesso à Informação dinamiza democracia



Seleção do material pedagógico para escolas exclui quem não segue determinada linha de abordagem, segundo escritores. Eles defendem fim do anonimato dos avaliadores e normas mais transparentes

# Autores de livros didáticos criticam critérios do MEC

OS AVALIADORES DAS obras escolhidas para o Programa Nacional do Livro Didático (PNLD), do Ministério da Educação (MEC), também precisam de avaliação, na opinião de representantes de autores ouvidos ontem pela Comissão de Educação (CE). E o trabalho de escolha poderá ter um novo marco legal, segundo proposta de senadores.

O escritor Francisco Azevedo de Arruda Sampaio disse que os avaliadores muitas vezes utilizam “critérios vagos e confusos” na escolha das obras. Ele ressaltou a necessidade de se garantir a pluralidade de pensamento.

— Quando alguém não está de acordo com determinada

linha de abordagem ou filiação acadêmica, é excluído com uma desculpa qualquer — afirmou Sampaio.

O presidente da Associação Brasileira dos Autores de Livros Educativos, José De Nicola Neto, disse que existem aspectos da avaliação pedagógica que “podem e devem ser aperfeiçoados. Ele sugeriu a certificação de livros em vez de nova avaliação a cada três anos e o fim do anonimato dos responsáveis pelos pareceres.

O vice-presidente da Associação Brasileira de Editores de Livros Escolares, Antonio Luiz Rios da Silva, afirmou que prefere avaliar se recentes mudanças adotadas pelo MEC “resolveram os problemas”.

Ao defender a revisão do programa, Kátia Abreu (PSD-TO) observou que a venda de livros didáticos representa um negócio superior a R\$ 1,2 bilhão. Ela criticou que livros rejeitados pelo MEC sejam adotados em escolas privadas.

Luiz Henrique (PMDB-SC) propôs um novo marco legal para o processo de escolha, com normas “transparentes”, critérios para seleção dos avaliadores e punição para desvios. A sugestão foi apoiada por Anibal Diniz (PT-AC).

Ana Amélia (PP-RS) criticou a centralização da produção de livros didáticos na região Sudeste e concordou com a necessidade de regras claras para a escolha das obras.



Karen, Sérgio Souza e Márcio Macêdo ouvem o diplomata Corrêa do Lago

## Sustentabilidade depende da sociedade, alerta diplomata

Em audiência pública na Comissão Mista Permanente sobre Mudanças Climáticas (CMMC), ontem, o representante do Ministério das Relações Exteriores, André Corrêa do Lago, afirmou que o desenvolvimento sustentável não pode ser imposto pelos governos e não contar com a participação da sociedade civil.

A audiência debateu os preparativos para a Conferência Rio+20, que acontece mês que vem no Rio de Janeiro. Para Corrêa do Lago, os padrões de produção e consumo são insustentáveis para um planeta que pode chegar a 10 bilhões de habitantes em 2050.

Sérgio Souza (PMDB-PR), relator da comissão, observou que esse número

significa aumento de 30% na população atual, com o igual aumento de consumo. O diplomata advertiu que o consumo será muito maior, devido às pessoas que sairão da pobreza na China, Índia, Brasil e Indonésia.

Karen Suassuna, diretora de Mudanças Climáticas do Ministério do Meio Ambiente, defendeu as ações do governo na adoção de uma economia verde inclusiva, com foco na erradicação da pobreza e no uso racional dos recursos naturais. Karen assinalou que o Brasil é o único país de dimensão continental que tem uma estratégia para lidar com desmatamento.

O deputado Márcio Macêdo (PT-SE) comandou parcialmente a reunião.



Entre De Nicola Neto e Rios da Silva, Ana Amélia ouve as críticas do escritor Arruda Sampaio ao sistema atual

### Ângela: amanhã é Dia Nacional de Combate ao Abuso de Crianças



Ângela Portela (PT-RR) registrou ontem que amanhã será o Dia Nacional de Combate ao

Abuso e Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes, data instituída em 1998. A senadora afirmou que, segundo dados do Ministério da Justiça, a cada oito minutos uma criança com idade entre 2 e 10 anos é vítima de abuso sexual no Brasil, praticado em geral por pessoa próxima ou membro da própria família.

### Wellington destaca o Mapa da Violência contra a Mulher



Wellington Dias (PT-PI) disse ontem que o *Mapa da Violência contra a Mulher 2012* revela

que, no Brasil, uma mulher é morta a cada duas horas. Ele informou que ex-namorados, maridos e companheiros são os principais agressores.

Ana Rita (PT-ES) apoiou Wellington e disse que as autoridades devem se engajar para aplicar a legislação. Rodrigo Rollemberg (PSB-DF) também cobrou medidas urgentes.

### Ana Rita comemora Dia do Assistente Social: 15 de maio



Ana Rita (PT-ES) registrou a comemoração, na terça-feira, do Dia do Assistente Social.

Formada em serviço social pela Universidade Federal do Espírito Santo, a senadora ressaltou que os assistentes sociais ocupam espaços em diversos órgãos públicos e privados, trabalhando em áreas como saúde, educação e assistência social.

Ela também apoiou a luta da categoria pela jornada de 30 horas semanais.

### Malta denuncia ameaças contra apresentador de TV



Magno Malta (PR-ES) denunciou ontem ameaças de morte recebidas pelo apresentador

de TV José Luiz Datena, do Grupo Bandeirantes. Segundo Malta, a polícia teria interceptado ligações em que um grupo articulava o sequestro do apresentador. Na terça, um anônimo teria informado à polícia que Datena seria vítima de homicídio. O senador elogiou o apresentador por denunciar casos de violência.

### Nascimento critica aprovação escolar suspeita no Amazonas



Alfredo Nascimento (PR-AM) afirmou ontem que professores da rede pública do Amazonas

estariam sendo pressionados a aprovar alunos que não atingem o desempenho esperado, para que os repasses de recursos à escola não diminuam.

O parlamentar também pediu lisura no processo de avaliação e aprovação dos estudantes e informou que vai encaminhar ofício ao MEC pedindo investigação.

#### Mesa do Senado Federal

**Presidente:** José Sarney

**1º vice-presidente:** Marta Suplicy

**2º vice-presidente:** Waldemir Moka

**1º secretário:** Cícero Lucena

**2º secretário:** João Ribeiro

**3º secretário:** João Vicente Claudino

**4º secretário:** Ciro Nogueira

**Suplentes de secretário:**

Casildo Maldaner, João Durval, Maria do Carmo Alves e Vanessa Grazziotin

**Diretora-geral:** Doris Peixoto

**Secretária-geral da Mesa:** Claudia Lyra

#### Secretaria Especial de Comunicação Social

**Diretor:** Fernando Cesar Mesquita

**Diretor de Jornalismo:** Davi Emerich

#### Agência Senado

**Diretor:** Mikhail Lopes (61) 3303-3327

**Chefia de Reportagem:** Teresa Cardoso e Milena Galdino

**Edição:** Ester Monteiro, Nelson Oliveira e Rodrigo Chia

**Site:** [www.senado.gov.br/noticias](http://www.senado.gov.br/noticias)

O noticiário do *Jornal do Senado* é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

## JORNAL DO SENADO

Órgão de divulgação do Senado Federal

**Diretor:** Eduardo Leão (61) 3303-3333

**Editor-chefe:** Flávio Faria

**Editores:** Juliana Steck, Marcio Maturana, Ricardo Westin e Silvio Burtle

**Diagramação:** Iracema F. da Silva e Ronaldo Alves

**Revisão:** André Falcão, Fernanda Vidigal, Juliana Rebelo e Pedro Pincer

**Reportagem:** Cíntia Sasse

**Tratamento de imagem:** Edmilson Figueiredo e Roberto Suguino

**Arte:** Cássio S. Costa, Claudio Portella e Diego Jimenez

**Circulação e atendimento ao leitor:** Shirley Velloso (61) 3303-3333

## Governo quer pacto nacional para gestão das águas

O governo federal trabalha pela construção de um pacto nacional para gestão das águas, disse Paulo Lopes Varella Neto, um dos diretores da Agência Nacional de Águas (ANA). Ele participou ontem de uma audiência pública na Subcomissão Permanente da Água.

No pacto, será definida uma agenda conjunta para estados e União, com metas e compromissos para o gerenciamento dos recursos hídricos.

— Isso vai demandar muito esforço, mas já existe uma carta [de apoio ao pacto] assinada por todos os secretários estaduais e órgãos gestores — informou.

A necessidade de compartilhamento de responsabilidades na gestão das águas também foi abordada por Oscar de Moraes Cordeiro Netto, professor do Departamento de Engenharia Civil e Ambiental da Universidade de Brasília (UnB).

Para ele, o desafio está na harmonização do poder decisório de estados, municípios e União com o envolvimento da sociedade acerca da proteção do patrimônio natural.

O professor fez referência a experiências bem-sucedidas de gestão compartilhada, como os 160 comitês de bacias hidrográficas que foram criados nos últimos 20 anos.

Cordeiro Netto observou que os recursos hídricos permeiam as agendas eco-

nômica, ambiental e social.

— A água é uma só. Um mesmo rio tem que cumprir essas três agendas — disse.

O presidente da subcomissão, senador Sérgio Souza (PMDB-PR), concordou com a importância de combinar a preservação de recursos com o crescimento da produção, citando a demanda crescente por alimentos.

A integração de políticas foi considerada relevante para proteger os aquíferos, cujo uso está sob regulação estadual. De acordo com Humberto de Albuquerque, presidente da Associação Brasileira de Águas Subterrâneas (Abas), as reservas nos aquíferos seriam ainda mais importantes que as águas superficiais em volume, qualidade e distribuição no território.

— Por ser um recurso invisível, é muito mal tratado — frisou, ao se referir a perfurações clandestinas e a contaminações pela falta de saneamento e uso desordenado de agrotóxicos.

Ao se referir à seca no Nordeste, Humberto de Albuquerque se disse “estarecido” com a recorrência de situações de emergência pela falta de água, em especial no Piauí, “um dos estados mais ricos em água subterrânea”.

— A Abas tem proposto a criação de campos de produção de água, como existem campos de produção de petróleo.

Projeto de Humberto Costa prevê reclusão de três a seis anos para quem produz ou comercializa defensivo agrícola sem registro nos órgãos competentes; sugestão de crime hediondo foi rejeitada

## Texto que criminaliza venda ilegal de agrotóxicos avança

A COMISSÃO DE Assuntos Sociais (CAS) aprovou projeto que transforma em crime a venda ilegal de agrotóxicos e prevê punição de três a seis anos de reclusão, além de multa.

O projeto (PLS 438/11) é de Humberto Costa (PT-PE).

A tipificação da venda ilegal de agrotóxicos como crime hediondo foi excluída pela relatora do projeto, Ana Amélia (PP-RS). Segundo ela, tal tipificação deve ser reservada apenas a fatos mais graves. A senadora avaliou que, aplicá-la para agrotóxicos, seria desproporcional e banalizaria o crime hediondo.

— Tornar crime hediondo era um certo exagero. Fazer com que incorra em crime sanitário já está de bom tamanho — concordou Humberto Costa.

O projeto inclui um artigo na lei federal que trata dos agrotóxicos para caracterizar criminoso o ato de produzir, exportar, importar, vender, expor à venda ou ter em depósito agrotóxico sem registro nos



Jayme Campos, presidente da CAS, e Benedito de Lira, em votação da proposta

órgãos competentes.

A proposta também criminaliza o descumprimento do dispositivo da lei que exige rótulos e bulas que contenham nome do produto, princípio ativo, endereço do fabricante e do importador, número de registro, instruções de uso e datas de fabricação e validade.

Ficará sujeito a reclusão e multa quem falsificar, misturar, diluir ou alterar a composição original do agrotóxico para obter vantagem econômica e quem, no comércio, oferecer agrotóxico para uso diferente do previsto em seu registro.

— Sabemos que os próprios agrotóxicos que são produzidos com licença terminam por acarretar, se usados inadequadamente, danos ao meio ambiente e à saúde. Imagine aqueles que são feitos sem qualquer controle de qualidade e vendidos sem obedecer a especificações rígidas. O objetivo é coagir por meio de penas duras — ressaltou Humberto Costa.

O projeto agora será analisado pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, em decisão terminativa (não precisará passar pelo Plenário).

### Medida socioeducativa especial a menor infrator dependente de droga

A Comissão de Assuntos Sociais aprovou projeto que prevê tratamento médico para os adolescentes infratores com deficiência mental ou dependência de álcool ou droga. Para o autor, Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP), a iniciativa é necessária para diferenciar as medidas socioeducativas aplicadas aos menores infratores “comuns” das aplicadas aos menores com aqueles transtornos psiquiátricos.

### Vai à Câmara texto que obriga convênio a cobrir remédio oral para câncer

Segundo um projeto aprovado na Comissão de Assuntos Sociais, os planos de saúde ficarão obrigados a cobrir o tratamento domiciliar oncológico de uso oral. A proposta, que agora vai para a Câmara dos Deputados, é da senadora Ana Amélia (PP-RS). Ela cita a estimativa de que 40% dos tratamentos de câncer empregam medicamentos de uso domiciliar, substituindo os tratamentos com internação.

### Projeto libera pessoas ostomizadas de passar pela roleta dos ônibus

Os pacientes ostomizados (que, em decorrência de cirurgia, precisam portar bolsa coletora de fezes e urina) poderão ter permissão para embarcar e desembarcar pela porta dianteira dos ônibus. É o que prevê o projeto de lei do deputado Enio Bacci (PDT-RS) aprovado ontem pela Comissão de Assuntos Sociais. Assim, de acordo com a proposta, as pessoas ostomizadas não precisarão passar pela roleta.

#### MÉDICOS ESTRANGEIROS

As comissões de Assuntos Sociais (do Senado) e de Seguridade e Família (da Câmara) realizarão um seminário para discutir o ingresso de médicos estrangeiros no Brasil. O debate será em 20 de junho, na Câmara. A audiência foi sugerida pelo senador Paulo Davim (PV-RN).

#### ACIDENTES DE MOTO

Os acidentes de moto serão tema de uma audiência pública das comissões de Assuntos Sociais e de Direitos Humanos e Legislação Participativa no próximo dia 29. O requerimento para o debate foi apresentado por Ana Amélia (PP-RS) e Paulo Davim.

#### CULTOS RELIGIOSOS

O livre exercício de crenças e cultos religiosos, conforme projeto do deputado George Hilton (PRB-MG), será tema de uma audiência pública na Comissão de Assuntos Sociais. A sugestão do debate foi feita pelo senador Eduardo Suplicy (PT-SP). Para ele, o projeto é polêmico.



A senadora Vanessa Grazziotin e o diretor de gestão da ANA, Paulo Varella

## Davim: sustentabilidade é questão de sobrevivência

Ao ressaltar a importância da conferência Rio+20, marcada para junho, Paulo Davim (PV-RN) afirmou ser inadmissível “aceitar retrocessos na legislação ambiental”. Para ele, não há saída para os países a não ser a busca de uma “equação equilibrada entre preservação ambiental e crescimento econômico”.



Waldemir Barreto/Agência Senado

— A sustentabilidade, a preservação ambiental, do solo, da água e das espécies e o equilíbrio entre as culturas, entre muitos outros temas, não podem mais ser vistos como uma filosofia de vida ou uma visão inalcançável de mundo. Mas sim como uma questão de sobrevivência da humanidade e das outras espécies.

## Ana Rita: omissão causou enchente em Vitória

Ana Rita (PT-ES) prestou solidariedade à população da região metropolitana de Vitória, que sofreu prejuízos devido às chuvas torrenciais que caíram no início da semana e causaram enchentes e inundações.

Na segunda-feira passada, informou a senadora, a região de Vitória ficou “praticamente paralisada”, e registraram-se prejuízos em milhares de residências, estabelecimentos

comerciais e indústrias.

Ana Rita disse que a origem desse problema é a combinação do excesso de chuva com a ocupação desordenada do território, a falta de infraestrutura e a omissão das autoridades.

— Com razão, o que mais revolta e deixa indignada a população são anos e anos de descaso com uma situação que é mais do que previsível e passível de solução.

## Wellington defende aumento em fundo dos municípios

Wellington Dias (PT-PI) apoiou as mudanças no pacto federativo reivindicadas pelos municípios e pediu empenho do Congresso na aprovação de leis que aumentem a justiça na divisão de recursos entre os entes federados.

O senador considera que o aumento no Fundo de Participação dos Municípios é um dos temas que merecem discussão. Segundo ele, com o acréscimo de apenas um ponto percentual no Fundo de Participação dos Municípios, eleva-se a capacidade de investimento dos prefeitos. Ele lembrou que a proposta inicial dos municípios era de um aumento de dois pontos percentuais.

— Então, eu creio que é uma pauta corretíssima — afirmou, defendendo as reivindicações dos prefeitos.

## Dilma foi vaiada porque “maltratou prefeitos”, diz Couto



Moreira Maniz/Agência Senado

Mário Couto (PSDB-PA) disse que a presidente Dilma Rousseff foi vaiada por prefeitos em evento porque “o Brasil não aguenta mais as sórdidas mentiras do governo federal”.

Ele acrescentou que Dilma “maltratou os prefeitos” ao se recusar a discutir a redistribuição dos royalties do petróleo. Para o senador, ela desconhece a realidade de pobreza do interior do país.

— Dilma pensa que no interior, por ela dar o Bolsa Família, tudo está às mil maravilhas. Dilma não tem conhecimento, ou faz que não tem conhecimento, da violência que impera no interior do país.



Gerardo Magalhães/Agência Senado

Lixão da Estrutural, em Brasília: pela proposta de Rollemberg, catador contribuirá com 2,3% da renda em vez dos 11% atuais

# Catadores de recicláveis poderão pagar INSS menor

Projeto que inclui a categoria entre os segurados especiais da Previdência foi aprovado ontem pela Comissão de Assuntos Sociais em decisão final e seguirá para análise da Câmara dos Deputados

CATADORES DE MATERIAL reciclável poderão ser incluídos entre os segurados especiais da Previdência Social. Projeto de lei do Senado com essa finalidade, de Rodrigo Rollemberg (PSB-DF), foi aprovado ontem pela Comissão de Assuntos Sociais (CAS), em decisão terminativa — não precisa passar pelo Plenário. A matéria ainda será analisada pela Câmara dos Deputados.

De acordo com a proposta (PLS 279/11), ao ser enquadrado como segurado especial, o catador poderá contribuir com apenas 2,3% de seu faturamento bruto anual e ter direito aos benefícios do Instituto

Nacional de Seguridade Social (INSS), como aposentadoria e pensão.

Atualmente, segundo a relatora da matéria, Lúcia Vânia (PSDB-GO), esse trabalhador é considerado contribuinte individual pela Previdência. Nessa condição, explicou, para usufruírem dos benefícios previdenciários, precisam contribuir com 11% da renda, no caso de receberem valor equivalente a um salário mínimo, e com 20%, na hipótese de ganharem mais.

Rollemberg ressaltou que cerca de 500 mil brasileiros trabalham nessa atividade, a maioria informalmente.

Ele relatou que os catadores recebem entre R\$ 2 e R\$ 5 por dia de trabalho, o que justificaria a redução da alíquota de contribuição.

O projeto altera as leis que tratam da organização da Seguridade Social e Plano de Custeio e dos planos de benefícios da Previdência Social (leis 8.212 e 8.213/91). A legislação já considera segurados especiais os agricultores familiares sem empregados assalariados, seus cônjuges, companheiros e filhos maiores de 16 anos que trabalham com a família em atividade rural, bem como o pescador artesanal e o índio que exerce atividade rural.

## Aprovado texto sobre abandono de emprego

O empregado contratado com carteira assinada poderá ser demitido por justa causa se faltar ao serviço por 30 dias consecutivos.

Projeto de lei com esse objetivo foi aprovado ontem pela Comissão de Assuntos Sociais (CAS), em decisão terminativa (sem necessidade de passar pelo Plenário). A matéria irá para a Câmara dos Deputados.

Atualmente, ressaltou o autor do projeto (PLS 637/11), senador Valdir Raupp (PMDB-RO), a legislação trabalhista não especifica o prazo de ausência injustificada para caracterizar abandono.

Essa definição, informou, cabe à jurisprudência trabalhista, que tem adotado a Súmula 32 do Tribunal Superior do Trabalho (TST) — que

estabelece os 30 dias.

A proposta inicial de Raupp previa prazo de 20 dias de falta injustificada para caracterização de abandono de emprego. O texto aprovado pela CAS especifica o prazo de 30 dias. Isso foi feito por meio de uma emenda do senador Paulo Paim (PT-RS), acatada pelo relator, senador Cyro Miranda (PSDB-GO), e aprovada pela comissão.

## Luiz Henrique aponta gargalos para o crescimento

Luiz Henrique (PMDB-SC) comentou ontem, em pronunciamento, os problemas que, em sua opinião, prejudicam a indústria nacional e impedem o Brasil de crescer em ritmo adequado.



Waldemir Barreto/Agência Senado

Para o senador, a carga fiscal de 40% do produto interno bruto (PIB) é um dos principais obstáculos para o crescimento e a redução das desigualdades regionais e sociais.

Ele também citou os juros elevados praticados pelos bancos, a valorização cambial e os baixos investimentos em infraestrutura.

— Os investimentos públicos [em infraestrutura] no país mal chegam a 2% do PIB, quando deveriam situar-se em 5% — disse.

## País corre risco de virar “república de bananas”, diz Cyro

Cyro Miranda (PSDB-GO) fez ontem, em Plenário, um alerta para a necessidade de o governo definir uma política agressiva de inovação para a indústria.



Waldemir Barreto/Agência Senado

Para ele, caso o país não implemente uma política de defesa do setor, via aumento da competitividade, corre o risco de ver desaparecer seu parque industrial.

— Se o governo da presidente Dilma não mudar o discurso e buscar, com os setores da indústria brasileira, desenhar uma política agressiva e centrada em desenvolvimento tecnológico, corremos o risco de voltar a ser uma república de bananas — alertou.

## Aécio: estado e município são pedintes da União

Aécio Neves (PSDB-MG) disse que há pelo menos dez anos “o governo tem virado as costas para a Federação”. Na avaliação do senador, o Brasil vive hoje praticamente um estado unitário, tendo em vista que a União registra a maior concentração de receitas em toda a história republicana do país.

O senador disse que, voluntária ou involuntariamente, há uma tendência de o governo aumentar a concentração de receitas, o que faz com que os estados e municípios sejam “cada vez mais pedintes, sempre na dependência do humor do governo federal”.



Waldemir Barreto/Agência Senado

## Para Mozarildo, governo ignora fronteira no Norte

Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR) criticou a falta de uma política de desenvolvimento para a Amazônia e a faixa de fronteira no país.

O senador lamentou que o vice-presidente, Michel Temer, tenha feito nesta semana uma visita a Roraima, estado de Mozarildo, só para assistir a uma operação militar de explosão de pistas de pouso clandestinas. E lamentou que as visitas não sejam motivadas por “um plano, uma agenda positiva para o estado e para toda a Amazônia e faixa de fronteira”.



Waldemir Barreto/Agência Senado

## Casildo propõe que Brasil siga exemplo alemão

Casildo Maldaner (PMDB-SC) afirmou que o Brasil deveria se espelhar na Alemanha de Angela Merkel: incentivar o crescimento sustentável com controle fiscal e reformas estruturais. Para o senador, o Brasil está em “um momento decisivo”, pois, ao decidir pela redução dos juros, a economia é estimulada, mas a pressão inflacionária pode aumentar. Ele disse que o caminho da austeridade nos gastos públicos é uma boa alternativa para o Brasil, mas, se não houver emprego, renda, consumo e crescimento econômico, o esforço será inútil.



Waldemir Barreto/Agência Senado

## Amorim: aos 37 anos, TV Atalaia orgulha Sergipe

Eduardo Amorim (PSC-SE) homenageou a TV Atalaia, afiliada da Rede Record em Sergipe, por seus 37 anos. O senador lembrou que a emissora foi a primeira do Norte e do Nordeste a transmitir em cores, a primeira em Sergipe a defender as Diretas Já e a quarta do país a adotar o sistema digital em alta definição. Também elogiou o espaço privilegiado que a TV dedica à programação regional.

— É uma empresa que sempre se pautou pela ética, pela seriedade, pela preocupação com o social e pelo desenvolvimento de nosso estado.



Moreira Maniz/Agência Senado